

**A crítica à colonização em *Os cus de Judas*: registros
literários e históricos da guerra luso-angolana**

**Criticism of colonization in *Os cus de Judas*: literary and historical
records of the Luso-Angolan war**

Gustavo de Azevedo Porto*

*Universidade Estadual de Goiás, UEG, Anápolis - GO, 75132-903,
e-mail: gustavosina@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre a narrativa do escritor português António Lobo Antunes, na obra *Os cus de Judas* (2007). Com isso, analisamos o papel do narrador no processo de reconstrução da identidade nacional portuguesa a partir das críticas que a obra de Antunes faz à política autoritária do governo salazarista e ao colonialismo em Angola. O estranhamento do narrador em relação aos valores tradicionais da sociedade portuguesa sob a influência do salazarismo não apenas expõem os conflitos que recaem sobre os dois países, bem como apontam a importância da literatura como um instrumento de registro histórico de crítica política e de narrativas sobre memórias de guerra. Por estes motivos é que a escrita de António Lobo Antunes é, para todos os efeitos, uma referência para o não esquecimento das barbáries fomentadas pelo fascismo e pelo colonialismo. Nesta análise evocamos o poder da narrativa anti-hegemônica para a construção identitárias considerando que o recorte temporal da escrita reúne as memórias, histórias, trajetórias e as vozes dos atores envolvidos e atingidos pelo conflito que envolveu Portugal e Angola entre 1961 e 1974.

Palavras-chave: *Os cus de Judas*, narrativas, pós-colonialismo.

Abstract: This article presents a reflection on the narrative of the writer Portuguese António Lobo Antunes, in the work *Os cus de Judas* (2007). With this, we analyze the role of the narrator in the process of reconstruction of the Portuguese national identity from the criticisms that Antunes makes the authoritarian politics of the Salazar government and colonialism in Angola. The narrator's strangeness towards the traditional values of Portuguese society under the influence of salazarism not only expose the conflicts that fall on the two countries, as well as point out the importance of literature as an instrument of anti-hegemonic historical record, political criticism and narratives about war memories. For these reasons, António Lobo Antunes's writing is, for all purposes, a reference for the non-forgetfulness of the barbarism fostered by fascism and colonialism. In this analysis we evoke the power of the anti-hegemonic narrative for identity construction in situations of authoritarianism, war and post-war -- whereas the time frame of writing brings together memories, stories, trajectories and voices of the actors involved and affected by the conflict that involved Portugal and Angola between 1961 and 1974.

Keywords: *Os cus de Judas*, narratives, postcolonialism.

O CONTEXTO GEOPOLÍTICO E COLONIALISTA

Considerando que a obra *Os cus de Judas* (2007) de António Lobo Antunes retrata a história de um recorte do colonialismo português em Angola, este trabalho propõe a análise da obra em questão sob a perspectiva de entendimento dos principais fenômenos políticos do século XX em regiões sob o jugo colonial europeu: os conflitos políticos e ideológicos, as relações de poder/violência e as contradições tecidas pela ordem colonialista. Essa abordagem pretende demonstrar o lado crítico da obra de António Lobo Antunes em relação ao colonialismo português, ao discurso hegemônico do salazarismo e os apontamentos teóricos que esta obra aciona da literatura pós-colonial, a saber, Albert Memmi (2007), Stuart Hall (1997), Aníbal Quijano (1995), dentre outros.

Para contextualizar a abordagem proposta é importante destacar que o momento histórico no qual a obra foi pensada, já que a primeira edição é de 1979, foi marcado por um forte antagonismo político que tendia para uma espécie de maniqueísmo entre os intelectuais de esquerda e de direita no cenário político global. Foi esta lógica de dualidade e bipolarização, regra geral nas relações internacionais durante o período conhecido por Guerra Fria (1947-1991), que norteou diversos movimentos nacionais africanos, inclusive o angolano.

Outro fator importante a respeito do momento em que a obra foi produzida é o da tentativa de desconstrução da identidade colonial portuguesa, uma vez que o governo revolucionário que assumiu o poder em Portugal após a Revolução dos Cravos (1974) precisava afastar do ideário nacional todo o peso do colonialismo português, sobretudo aquele que fora exaltado durante o salazarismo:

Após abril de 1974, a estratégia de silenciamento nacional e a tentativa de apagamento do traumático passado recente, constituem-se uma alternativa de manutenção por parte do governo revolucionário, das condições necessárias para reerguer a nação e mantê-la coesa no objetivo de construção das bases de uma nova História, quando se poderia vislumbrar o futuro e a ultrapassagem do passado imperialista e ditatorial. (ROMMEL; SPAREMBERGER, 2017, p.4).

É importante destacar que a estratégia de silenciamento e “as formas de controle da subjetividade” (QUIJANO, 2005, p. 121) eram práticas sistêmicas do colonialismo português que também foram utilizadas na sociedade portuguesa para impedir que as narrativas sobre os povos violados na África tivessem repercussão em uma Portugal

atordoada pelos horrores das guerras coloniais e temerosa pelos resultados sociais e políticos que poderiam ser causados por este debate nacional. Esta tentativa de forjar uma nova identidade nacional portuguesa por meio do esquecimento também é uma forma de violência, sobretudo no campo simbólico, quando tenta impedir a apresentação das narrativas sobre povos que foram, durante séculos, subalternizados e desprezados no processo identitários da sociedade portuguesa. Segundo Stuart Hall, a formação das identidades está relacionada aos conceitos que são apresentados aos indivíduos. Logo, com essa estratégia autoritária de silenciamento, tentou-se impedir a criação de uma identidade portuguesa baseada na alteridade:

O que isto sugere é que a identidade emerge, não de um centro interior, de um “eu verdadeiro e único”, mas do diálogo entre os conceitos e definições que são *representados* para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados(...) (HALL, 1997, p.26).

Essa relação entre o passado colonial e a reconstrução da identidade portuguesa após a Revolução dos Cravos nos permite indagar: a tentativa de silenciamento das vozes que ecoaram no período colonial não seria uma tentativa de ocultar um sentimento ainda presente na sociedade portuguesa? O silenciamento deste passado estaria relacionado ao medo do ressurgimento? Sobre essa ocultação do passado, discorreu Edward Said:

O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. (SAID, 1995, p.11).

As raízes do colonialismo são tão profundas que não podemos atrelar a mudança da política colonial portuguesa após a Revolução dos Cravos a uma mudança imediata da mentalidade portuguesa a respeito da relação de subjugamento que foi naturalizada pelo colonialismo. O domínio colonial normatizou uma pretensa superioridade europeia sobre os demais povos nos mais diversos aspectos durante séculos:

(...) reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. (QUIJANO, 2005, p.121).

A política colonial tem na sua estrutura a coação por meio do terror, da divisão e da opressão dos povos que estão sob domínio territorial. Essas são “as imposições do Estado colonialista, que se expressam pelo patriarcado, pela racionalidade monofocal, por assimetrias e, sobretudo, pela violência.” (PORTO; ALVES, 2021, p. 31 e 32). Além desta política, havia uma peculiaridade em Portugal, pois a opressão também operava internamente, sob a égide do salazarismo. Essa condição foi exposta por António Lobo Antunes, que na sua escrita anti-hegemônica, possibilitou a percepção da sociedade portuguesa desta dominação, seja no aspecto colonial (externo) ou no aspecto ditatorial (interno) e se colocasse, em parte, como o lado atingido pela violência do regime vigente.

A obra *Os cus de Judas* foi na contramão da perspectiva de silenciamento do passado colonialista e permitiu que a sociedade portuguesa fizesse uma reflexão, pois António Lobo Antunes apontou as mazelas produzidas pelo fanatismo religioso, pela beligerância e pelo projeto de exploração colonial conduzido pelo Estado português, numa perspectiva de que “as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas” (HALL, 1997, p. 20). Essa experiência apontou a importância da literatura como força motriz para transformações sociais e políticas e como espaço para a reconstrução individual ou coletiva. Isso ganha mais relevância quando percebemos o esforço para a desconstrução de uma narrativa de poder colonialista feita por um sujeito nascido e criado em uma estrutura social e cultural marcada pelo autoritarismo e pelo discurso hegemônico.

A atmosfera política, que incluiu a guerra colonial luso-angolana e a influência do regime salazarista na sociedade portuguesa, que António Lobo Antunes, com uma escrita irônica e detalhista, denuncia na ficção histórica *Os cus de Judas*. Nesta obra, o autor citado descreve a guerra colonial em Angola sob a sua ótica na condição de médico português convocado para o serviço militar na África. Esta condição pessoal do escritor possibilitou uma releitura da história do colonialismo português em Angola por meio da experiência de um indivíduo oriundo da metrópole sob uma ótica de desconstrução de um narrador-protagonista (MARTINS, 2013). Esse narrador presencia a repressão e a brutalidade do conflito, bem como as particularidades das sociedades portuguesa e angolana, assombradas pelo espírito cruzadístico e anacrônico do totalitarismo português, uma vez que Portugal, sob a influência de Salazar, figurava na Europa como um dos países mais antidemocráticos e colonialistas: “Os exemplos mais acabados desses Estados corporativos foram encontrados em alguns países católicos,

notadamente Portugal do professor Oliveira Salazar, o mais longevo de todos os regimes antiliberais da direita na Europa (1927 – 74)” (HOBSBAWM, 1995, p. 118).

O modelo político autoritário adotado pelo salazarismo resultou em uma mobilização de clamor nacionalista em Portugal “consentindo num arroubo de fervor patriótico” (ANTUNES, 2007, p.14) com o intuito de fortalecer a opressão colonial e a imagem do regime no âmbito doméstico, bem como manter a estrutura colonialista de Portugal, descrita pelo governo como base de uma nação poderosa e detentora de territórios importantes no continente africano:

Estima-se que, a fim de combater o movimento de desintegração do corpo físico do império, Portugal tenha enviado para os campos de batalha no continente africano cerca de um milhão de soldados. Sendo assim, a guerra foi responsável por mobilizar uma grande parcela da sociedade portuguesa, que esteve envolvida direta ou indiretamente no conflito e em suas consequências. (ROMMEL e SPAREMBERGER, 2017, p. 4).

Por outro lado, surgiam em solo angolano movimentos de libertação sob diversas bandeiras políticas, levantadas pelos principais grupos étnicos locais, dentre as quais se destaca na obra o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) de orientação marxista e apoiado pela extinta União Soviética (URSS). Esse movimento político foi fundado nos anos cinquenta e liderado por importantes figuras da literatura angolana, como, por exemplo, a de António Agostinho Neto. Os movimentos de resistência à colonização portuguesa em Angola surgiram antes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e foram liderados por intelectuais angolanos sediados em Luanda e em Lisboa e ligados ao movimento pan-africano. Esses movimentos, que eram considerados como “pré-nacionalistas” (SILVÉRIO, 2013), mantiveram acesa a chama da luta contra o colonialismo português até a década de sessenta, quando os movimentos nacionalistas africanos partiram para o conflito armado de descolonização:

A luta armada começou por volta de 1964. Os movimentos de libertação dispunham de apoio político e material das massas urbanas e rurais, dos intelectuais, do funcionalismo e dos homens de negócios progressistas. No plano internacional, eles beneficiavam-se principalmente do apoio diplomático e da ajuda material do Comitê de Libertação da Organização para a Unidade Africana, dos países não alinhados, da URSS e da China, bem como dos países escandinavos, das organizações humanitárias e dos movimentos de solidariedade do mundo ocidental. (SILVÉRIO, 2013, p. 502).

É nesse contexto de conflito que António Lobo Antunes posiciona sua obra e faz diversas referências ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). É provável que esse movimento fosse o de maior expansão naquele momento, uma vez que “Em Angola, o MPLA, garantiu o controle de várias regiões próximas a Luanda” (*Ibid.*, p. 503). Com isso, podemos considerar a possibilidade do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) figurar como o principal grupo atuante no conflito de independência de Angola, embora existissem outros dois grupos importantes como a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

AS CRÍTICAS DE ANTÓNIO LOBO ANTUNES

Poderíamos pensar de início que a insatisfação de Antunes à política de Portugal fosse um anarquismo, mas as evidências nas críticas apontam uma discussão anticolonial. Em *Os Cus de Judas*, António Lobo Antunes revela, por meio do narrador, o incômodo que sentia com a dura realidade e a brutalidade do campo de guerra, bem como com a política doméstica do salazarismo, fortemente sustentada pelo discurso do êxito colonialista. Logo, a escrita materializada em *Os Cus de Judas* pode ser considerada uma mescla entre o vivenciado e o desejado uma vez que “Quem narra, narra o que viu, o que viveu, o que testemunhou, mas também o que imaginou, o que sonhou, o que desejou. Por isso, NARRAÇÃO e FICÇÃO praticamente nascem juntas” (LEITE, 2007, pg.06).

Provavelmente esse posicionamento é resultado dos momentos de vigilância e repressão que constituíram a experiência do escritor, pois as referências feitas aos trechos da obra que envolvem a religiosidade católica são marcadas pela ironia, pelo sarcasmo ou mesmo por um sentimento de repulsa. Inicialmente o caráter de vigilância no desenvolvimento da narrativa vem atrelado à Igreja Católica e a figuras familiares ao narrador, pois nesta fase da obra fica evidenciado o espírito repressor do catolicismo e a moral familiar pela qual ele foi submetido, resultando no crescente sentimento de estranhamento descrito por António Lobo Antunes na medida em que o embarque para África se aproxima. A ironia com que o autor retrata os fatos relacionados à educação lusitana se contrasta com uma convivência cada vez maior com o discurso moralista do colonialismo português:

Aos domingos, a família em júbilo vinha espiar a evolução da metamorfose da larva civil a caminho do guerreiro perfeito, de boina cravada na cabeça como uma cápsula, e botas gigantescas cobertas da lama histórica de Verdun (...). (ANTUNES, 2007, p.16).

A estrutura familiar descrita pelo narrador é sedimentada nos princípios religiosos do catolicismo e do belicismo corporativista do salazarismo, pois “felizmente que a tropa há de torná-lo um homem” (ANTUNES, 2007, p. 13). Se as primeiras falas relacionadas à repressão estão associadas à família e a religião, a repressão institucionalizada pelo Estado é citada também no início da obra, sobretudo com referência à PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), responsável pela espionagem e repressão a quem criticasse ou se opusesse ao governo de Salazar:

O espectro de Salazar pairava sobre as calvas pias labaredzinhas de Espírito Santo corporativo, salvando-nos da ideia tenebrosa e deletéria do socialismo. A Pide prosseguia corajosamente a sua valorosa cruzada contra a noção sinistra de democracia (...). (ANTUNES, 2007, p.13).

Essa vigilância despertou no narrador uma inquietude, demonstrando que a indignação com a repressão e a violência do salazarismo se manifesta antes do mesmo chegar ao solo africano. O posicionamento do narrador diante do autoritarismo em Portugal consiste no início do processo pessoal de deslegitimação dos valores salazaristas, sobretudo quando esses o atingem:

Escute: em 62 eu fugia da polícia no Estádio Universitário, chusmas de estudantes em debandada na direcção da cantina, o meu irmão João chegou em casa muito sério e disse parece que mataram um tipo, a polícia de choque avançava de capacete numa fúria de bastões e de coronhas, automóveis da PIDE giravam em carrossel pelas Faculdades (...). (ANTUNES, 2007, p.61.).

As críticas do narrador aos valores da sociedade tradicional portuguesa mostram como esse sistema de crenças foi importante para a construção de uma identidade anticolonial em António Lobo Antunes e como a construção desta identidade era importante para o narrador, pois, segundo Leite, o narrador “Só narra o que tem relevância para a sua própria vida” (LEITE, 2007, pg.39). O posicionamento do narrador em um lugar de desconstrução é demonstrado já no início da obra diante das narrativas e discursos de poder que o rodeiam. Com efeito, esse lugar se aproxima de uma das categorias de colonizador teorizadas por Albert Memmi, a do colonizador que se recusa:

Se todo colonial está de imediato na condição de colonizador, nem todo colonizador está fatalmente destinado a tornar-se um colonialista. E os melhores recusam-se a isto. Mas o fato colonial não é uma pura ideia: é um conjunto de situações vividas e recusá-lo significa ou subtrair-se fisicamente a tais situações ou permanecer ali e lutar para modificá-las. (MEMMI, 2007, p.55).

Os fatores que, segundo Memmi (2007), levam um colonizador a negar sua missão civilizatória imaginária geralmente se encontram nas experiências ocorridas na colônia, que de alguma forma desconstroem as concepções do indivíduo acerca de uma pretensa superioridade cultural. A afirmação do discurso de superioridade era parte da lógica estrutural colonialista, pois “o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal, ajudam a explicar por que os europeus foram levados a sentirem-se não só superiores a todos os demais povos do mundo, mas, além disso, naturalmente superiores.” (QUIJANO, 2005, p. 121). A atitude de negação gera, portanto, neste indivíduo um sentimento de isolamento, já que mesmo afastando-se de sua postura colonial são grandes as dificuldades para ser aceito pelo grupo dos colonizados, pois “Não é fácil fugir, pelo espírito, de uma situação concreta, recusar a ideologia dessa situação e ao mesmo tempo continuar a viver suas relações objetivas” (MEMMI, 2007 p. 56).

O maior problema a ser enfrentado por este tipo de colonizador é o de voltar-se radicalmente contra as estruturas de poder da metrópole, pois geralmente são elas que lhe asseguram o sustento e a segurança, em troca do reconhecimento e de um possível respeito a ser adquirido junto à população local:

Na verdade, são tão poucos os colonizadores, mesmo entre aqueles de muito boa vontade, que pensam em tomar seriamente esse caminho, que o problema é quase apenas teórico; ele é, porém, capital para o entendimento do fato colonial. Recusar a colonização é uma coisa, adotar o colonizado e por ele se fazer adotar parece ser outra, e elas estão longe de estarem ligadas. Para ter êxito nessa segunda conversão seria necessário, ao que parece, que nosso homem fosse um herói moral; mas muito antes disso, a vertigem o conquista. Rigorosamente, dissemos, seria necessário que ele rompesse econômica e administrativamente com o campo dos opressores. (MEMMI, 2007, p.58 e 59).

Parece que este é o caso do narrador da obra em questão, uma vez que não é evidente o seu envolvimento com as causas libertárias angolanas e nem sua ruptura com os vínculos ao exército de Portugal, embora manifestasse sua indignação com o colonialismo que representava. Um dos fatores que ajudaram a entender esse

posicionamento do narrador foi a eficiente vigilância do regime salazarista sobre os militares que serviam nas colônias, uma vez que eram “espiados pelos mil olhos ferozes da Pide” (ANTUNES, 2007, p. 100):

Impedidos de pescar e de caçar, sem lavras, prisioneiros do arame farpado e das esmolas de peixe seco da administração, espiados pela Pide (...). (*Ibid.*, p. 39).

O aspecto da vigilância é constantemente citado na obra *Os Cus de Judas* e essa manifestação de poder é potencializada pela forte religiosidade católica aliada às práticas autoritárias do regime salazarista. Em diversas passagens da obra o narrador relata o poder de cerceamento da Igreja Católica e do governo português. Além da vigilância, outros fatores são recorrentes ao longo da obra como a desumanização dos envolvidos no conflito, a brutalidade da guerra com a população local, a utilização de combatentes africanos no exército português, a precariedade que a guerra impõe aos militares e a distância da família e da terra natal em nome do que o narrador classifica como “inacreditável absurdo da guerra” (ANTUNES, 2007, p. 49). A junção desses fatores reforça o desencanto do narrador com a retórica da grandiosidade do império português. Esse desencanto ou mesmo uma negação ao “fato colonial”, conforme descrição de Albert Memmi (2007), ficam mais evidentes com a sensação de desamparo causada pela guerra e com o desapontamento em relação à política colonial de seu país:

Os políticos de Lisboa surgiam-me como fantoches criminosos ou imbecis defendendo interesses que não eram os meus e que cada vez menos os seriam, e preparando simultaneamente a sua própria derrota: os homens sabiam bem que eles e os filhos deles não combatiam, sabiam bem de onde vinha quem na mata apodrecia (...). (ANTUNES, 2007, p. 111).

As reflexões acerca das finalidades daquela guerra despertaram no narrador não somente um desencanto em relação ao colonialismo, mas também um sentimento de desilusão com a concepção que o mesmo tem a respeito de sua pátria no contexto do salazarismo, estimulado por uma cultura política e religiosa que endossaram este regime. Esse sentimento é presente em grande parte da obra e fica evidenciado na medida em que o narrador contrasta passado e presente, ou seja, o período em que viveu em Portugal e o período em que sobreviveu aos conflitos em Angola. Este desencanto leva o narrador a entender como ilegítima a política colonial portuguesa na África, uma vez que ele não reconhece Angola como território do império português:

O que fizeram de meu povo, o que fizeram de nós aqui sentados à espera nesta paisagem sem mar, presos por três fileiras de arame farpado numa terra que não nos pertence (...). (ANTUNES, 2007, p. 54).

No decorrer da obra observamos a denúncia do caráter explícito da violência, trabalhado pelo autor de maneira crítica, na medida em que os relatos minuciosos e ironizados transformaram possíveis fatos reais em narrativas de questionamento do domínio e do poder colonial português. O questionamento à legitimidade do colonialismo português em Angola a partir da perspectiva de um sujeito branco e europeu é uma importante faceta anti-hegemônica da obra que, seguramente, possibilitou um movimento de reflexão à sociedade portuguesa após os conflitos coloniais. No contexto atual, em que o neofascismo, o racismo e o conservadorismo reaparecem no Ocidente, reflexões como estas de António Lobo Antunes se tornam elementares para a promoção de debates que estimulem a alteridade e o entendimento cada vez mais urgente do convívio com a heterogeneidade cultural.

A negação ao colonialismo por parte do narrador é consolidada quando o mesmo, movido pelo desconforto e pela indignação, identifica nos seus compatriotas os comportamentos abusivos em relação à população local. Esse é um dos conflitos mais marcantes que podem acometer o dito “colonizador de boa vontade” (MEMMI, 2007), já que o levará a uma rota de colisão com seus compatriotas, mesmo dependendo da estrutura construída pela política colonial. Pesa, ainda, o fato de que esse colonizador não tivesse perspectivas de sobrevivência no ambiente colonial sem estar atrelado a essa estrutura:

Se ele se obstinar, aprenderá que embarca para um inconfessável conflito com os seus, o qual permanecerá para sempre aberto, jamais cessará, a não ser com sua derrota ou seu retorno ao redil do colonizador. (MEMMI, 2007, p.57).

Essa opção de denúncia deixa nítido o entendimento, por parte de António Lobo Antunes, de que a política colonial portuguesa era um desastre humanitário sustentado por um discurso oficial pautado num pretense desenvolvimentismo nacional à custa de vidas brancas e, sobretudo, à custa do contínuo e secular genocídio das vidas negras, na África e nas afrodiásporas. O reconhecimento da postura racista dos portugueses em Angola permitiu que António Lobo Antunes denunciasse, também, as barbáries cometidas por seus compatriotas:

Mais tarde conhecemos a hostilidade dos brancos de Angola, dos fazendeiros e dos industriais de Angola reclusos nas suas vivendas gigantescas repletas de antiguidades falsas, de que saíam para abocanhar prostitutas brasileiras nos cabarés da Ilha, entre baldes de péssimo champanhe nacional e beijos sonoros como desentupidores de retrete que se despegam:

- Se vocês cá não estivessem limpávamos isto de pretos num instante. (ANTUNES, 2007, p. 111 e 112).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço narrativo de António Lobo Antunes em evidenciar as violações cometidas pelos portugueses em Angola nos mostra que a obra *Os Cus de Judas* não se trata de aparente diário de guerra ou autobiografia, mas sim de uma literatura em forma de denúncia (TAVARES, 2009) a partir da percepção do outro como o sujeito subalternizado e violado por um modelo civilizatório no qual o autor foi criado e que construiu seu sistema de crenças e valores. Essa contradição está presente em grande parte da obra e se torna uma importante indagação na narrativa na medida em que o autor questiona, critica e denuncia os valores e os métodos utilizados pelo colonialismo português para subjugar os povos colonizados na África, especialmente em Angola. A apresentação da referida obra num momento histórico de ressignificação da identidade nacional portuguesa, após a Revolução dos Cravos (1974), corrobora a importância da percepção do outro, do colonizado, como referência para a construção de um processo identitário que reconhecesse a convivência e a colaboração da sociedade portuguesa com a brutalidade do colonialismo:

(...): o branco chegou com um chicote, cantava o milícia na viola, o branco chegou com um chicote e bateu no soba e no povo, o branco chegou com um chicote e bateu no soba e no povo. (ANTUNES, 2007, p. 41).

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, António Lobo. *Os cus de Judas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
 HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, v. 22, n.2, 1997, p.15 – 46.
 HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- LEITE, Ligia Moraes Chiappri. *O foco Narrativo*. 10. ed. São Paulo: Ática Editora, 2007.
- MARTINS, Victor Hugo Fernandes. O Descontrucionismo em os Cus de Judas. *Revista Decifrar*, Manaus, V. 02, nº 01, p. 90-97, jul./dez., 2013.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PORTO, Gustavo de Azevedo; ALVES, Adeir Ferreira. Babalaze das hienas e a memória coletiva moçambicana. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 52, n.1, mar./jun. 2021, p. 27-46.
- QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2005.
- ROMMEL, Leonardo Von Pfeil; SPAREMBERGER, Alfeu. A construção da memória da Guerra Colonial em os Cus de Judas, de Lobo Antunes. *Navegações*, Rio Branco, V. 10, nº 01, p. 3-11, jan./jun., 2017.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. SP: Companhia das Letras, 1995.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. *Síntese da coleção História Geral da África: século XVI ao século XX / coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Maria Corina Rocha e Muryatan Santana Barbosa*. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCAR, 2013.
- TAVARES, Danieli. *A Literatura denuncia: memórias e imagens em foco*. *Revista de Literatura, História e Memória (Impresso)*, v. 5, p. 162-178, 2009.

Data de recebimento: 22/03/2021

Data de aprovação: 09/06/2021